



Dados - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 0011-5258

dados@iesp.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

de Oliveira, Márcio

O Tema da Imigração na Sociologia Clássica

Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 57, núm. 1, enero-marzo, 2014, pp. 73-100

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21830637003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Tema da Imigração na Sociologia Clássica*

Márcio de Oliveira

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Embora o fenômeno das migrações internacionais tenha acompanhado e unido a história de países europeus e americanos nos séculos XIX e XX, o tema da imigração e o próprio imigrante como ator social não têm sido relacionados aos clássicos da sociologia, especialmente Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Lukes (1985), Fournier (2007) e Tyriakian (2009) fazem referências biográficas e não analíticas ao interesse de Durkheim sobre o tema da imigração. O mesmo pode ser dito em relação a Weber (Bendix, 1986; Karlberg, 1980; 1987; 2010; Kaesler, 1988; Baert, 2007; Sell, 2013) e a Marx (Althusser, 1979; Giddens e Turner, 1999; Wheen, 2000; Codato e Perissinoto, 2011). Uma primeira análise das obras dos clássicos citados parece dar razão aos especialistas. Contudo, o fenômeno histórico das migrações e o imigrante como ator social mereceram mais do que esparsas referências por parte dos “fundadores da sociologia”, muito embora isso não apareça tão claramente. Os temas surgem ainda, com força, nas obras de Friedrich Engels, Georg Simmel, Rosa Luxemburgo e mesmo Vladimir Lênin, para consolidar-se nos autores da chamada Escola de Chicago. Em relação à história da sociologia, estamos ainda diante de

* Uma primeira versão desse artigo foi apresentada no XXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), julho de 2011, Curitiba. Agradeço os comentários e sugestões dos avaliadores anônimos de *Dados*. Assinalo ainda que esse trabalho é fruto de pesquisa que conta com o apoio do CNPq/MCT-Brasil.

um dos raros subcampos que teve mais impulso inicial no continente americano do que no continente europeu, o que é fácil de compreender tendo em vista as enormes consequências sociais, econômicas e culturais em todos os grandes países imigrantistas, respectivamente EUA, Argentina, Brasil e Canadá. Mas resta a compreender a trajetória específica do tema através dos clássicos. Quais seriam as principais contribuições e que papel o tema da imigração desempenhou em suas obras respectivas? O imigrante foi um ator social de peso? Seria possível estabelecer um paralelo entre clássicos europeus e norte-americanos? Esse trabalho revisita os autores citados tanto na Europa quanto nos EUA. Analisa o sentido, o lugar e a importância do tema em cada um deles, procurando aí as respostas tanto para a não centralidade do tema quanto para compreender seu papel na história da sociologia e mesmo suas contribuições para a sociologia atual.

KARL MARX E A SOCIOLOGIA CLÁSSICA MARXISTA

Se as referências ao tema da imigração são esparsas em Marx, o mesmo não pode ser dito da sociologia marxista. Deve-se lembrar aqui que Friedrich Engels inaugura, antes mesmo de Marx, o que seria chamado posteriormente de “sociologia urbana marxista”, no interior da qual o fenômeno das migrações foi inicialmente analisado. A revolução industrial e a formação das primeiras cidades industriais inglesas são o tema do clássico *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*¹. As migrações provocaram gigantesco impacto sobre as cidades, sobre as condições de vida e sobre a mobilidade dos trabalhadores. É justamente esse último ponto que nos interessa. Engels (2008) trata especificamente dos imigrantes irlandeses que acorreram à Inglaterra atrás de trabalho. O autor se refere aos irlandeses em diversos momentos do texto. Ora é abordando questão da oferta de empregos, ora das condições de moradia, num dos bairros (St Giles) mais miseráveis de Londres. Enfim, Engels os retrata como indivíduos maltrapilhos, andando descalços e se alimentando basicamente de batatas. Mas é no capítulo “A imigração irlandesa” que encontramos uma análise bastante atual em relação às dimensões econômicas e culturais das migrações. Nesse trabalho, Engels (2008:129-130) afirma estar interessado em “examinar mais de perto as causas e os efeitos dessa imigração”. Em busca de trabalho e bons salários, haveria um milhão de irlandeses imigrantes repartidos, principalmente, nas cidades de Londres (120 mil), Manchester (40 mil), Liverpool (34 mil) e Bristol (24 mil), na Inglaterra, além de Glasgow (40 mil) e Edimburgo (29 mil), na Escócia. Aqui também, são

descritos como “grosseiros”, “bebedores”, portadores de “costumes brutais” e pouco inclinados à cultura e à moralidade. A crua descrição dos hábitos sociais dos irlandeses prossegue nas páginas seguintes, mostrando como os novos imigrantes contribuíam de forma especificamente cultural para aviltar ainda mais as condições de vida (males físicos, alimentação inadequada etc.) da classe trabalhadora inglesa.

Os escritos de Marx situam-se nessa mesma perspectiva enfatizando, é claro, o processo de acumulação capitalista, sem, contudo, descer aos hábitos sociais e culturais dos migrantes. A tese é simples: a concentração de capital se fez acompanhar da concentração humana. Marx afirma que uma “superpopulação relativa” é condição necessária da *Lei Geral da Acumulação Capitalista*. As referências ao impacto das grandes migrações sobre o desenvolvimento do capitalismo dividem-se em três dimensões complementares: 1) desestruturação da economia camponesa tradicional, provocando a migração de grandes levas de camponeses sem trabalho ou terra em direção às nascentes cidades industriais; 2) desenvolvimento dos meios de transportes, que permitiu e incentivou o rápido deslocamento dos contingentes humanos liberados; 3) processo de concentração industrial em algumas cidades². Marx apresenta ainda, como Engels, alguns dados relativos à emigração na Irlanda. O decréscimo de sua população e também de sua produção agrícola ocorrera em detrimento da Inglaterra. A migração dos trabalhadores irlandeses se fez acompanhar de sua congênere econômica, a migração do capital. Em síntese, para Marx, o fenômeno das migrações humanas não pode ser desvinculado da migração (e da concentração) do capital. São dimensões do mesmo processo de acumulação do capital.

Mesmo ignorando alguns dos estudos de Marx, apenas recentemente publicados³, Rosa Luxemburgo⁴ (1984) afirmou que a desestruturação da economia natural (que implicou no deslocamento de grandes contingentes) não seria uma consequência, mas o próprio fundamento da acumulação de capital. A forma “imperialista” do capitalismo não seria, portanto, uma modalidade lateral à acumulação capitalista ou à reprodução do capital, mas uma condição *sine qua non* de seu desenvolvimento, o que trouxe ao centro do debate marxista o fenômeno das migrações internacionais.

As consequências dos movimentos migratórios não foram, porém, analisadas por Engels, Marx, nem mesmo por Rosa Luxemburgo, mas pelo líder da revolução soviética, Vladimir Lênin. Em 1913, Lênin

(1971:488-491), no artigo “O Capitalismo e a Imigração dos Trabalhadores”, afirmou: “O capitalismo criou uma espécie de transmigração dos povos [...] dos países atrasados aos países industrializados”, em decorrência dos melhores salários pagos nesses últimos⁵. Nota-se aqui uma pequena, mas notável inovação em relação aos escritos de Marx e Engels: os países mais avançados, já naquela época, conseguiam oferecer melhores salários, demonstrando que a concentração do capital era uma realidade (e não mais apenas um processo). Além disso, *in fine*, Lênin dava a entender que o *exército industrial de reserva* – que segundo Marx era absolutamente necessário à acumulação capitalista – andava escasso. Apesar da direção apontada, é notável a ausência de estudos mais aprofundados sobre o tema dos trabalhadores imigrantes na primeira geração de autores marxistas ou ainda na história da sociologia urbana marxista⁶, onde a figura do imigrante sequer é mencionada. Do mesmo modo, a tradição marxista de fins do século XIX e início do século XX pouco destaque deu à origem e/ou à diversidade dos grupos de imigrantes, atendo-se principalmente à sua função no processo de acumulação capitalista. Com efeito, análises sobre o papel econômico do trabalhador retornariam ainda à cena sociológica no final da Segunda Guerra Mundial, quando surgiram os estudos hoje clássicos da sociologia do trabalho, realizados por Friedmann (1946) e Touraine (1965; 1966; 1969). Enfim, os fundamentos do pensamento marxista mantiveram-se na origem dos principais estudos sobre os fenômenos migratórios publicados até o final dos anos 1980, como se pode observar em Wallerstein (1974) e Wallerstein e Balibar (1988). Os estudos sobre os “trabalhadores convidados” (*Gastarbeiter*) se inscreveram também nessa linha: os imigrantes sendo ainda considerados “um exército de reserva” ou apenas uma “fração da classe” trabalhadora (Rea e Tripier, 2003:33-39).

Resumindo, a tradição marxista superou apenas levemente as análises de Marx e Engels. Compreendeu (i)migrantes como formadores de um bloco indistinto. Analisou tão somente seu papel na acumulação capitalista, atribuindo importância mitigada à sua origem nacional ou estrangeira ou, ainda, ao seu padrão de mobilidade. É possível supor que não houvesse dados confiáveis que sustentassem análises sobre o padrão de mobilidade ou sobre as diferenças entre indivíduos de um mesmo grupo nacional. Caso isso tivesse ocorrido, certamente teríamos conhecido, ainda na primeira metade do século XX, análises sobre o impacto negativo da forte emigração de ingleses para o movimento trabalhista dos EUA, como bem mostrou Hirschman (1995). Teria sido

igualmente possível compreender as diferenças nos comportamentos sindicais entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, como aconteceu na França⁷, ou as tensões entre trabalhadores estabelecidos e os trabalhadores migrantes recém-chegados, os *outsiders* de Elias e Scotson (2000). Teria sido possível, enfim, avaliar o impacto que imigrantes egressos de países europeus provocaram nos movimentos operários de países sul-americanos, como ocorreu tanto na Argentina quanto no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX (Maram, 1979).

ÉMILE DURKHEIM

O tema das migrações internacionais não está presente na obra de Durkheim. Encontra-se, contudo, presente em sua atuação política e está lateralmente discutido num único livro, *Da Divisão do Trabalho Social*. Nesse trabalho, o mestre de Bordeaux fez duas referências aos imigrantes (e à imigração) ao analisar o crescimento das cidades e o adensamento moral daí resultante. Em relação às cidades, afirmou: “Vere-mos, de resto, que elas se formam por via da imigração, o que só é possível na medida em que a fusão dos segmentos sociais esteja avançada” (Durkheim, 1977:38, vol. 2)⁸. Ainda em relação às cidades, foi mais explícito ao dizer: “Com efeito, as cidades não se formam por uma espécie de crescimento espontâneo, mas sim pela imigração” (*ibidem*:77, vol. 2). Na sequência dessa última passagem, Durkheim apresenta diversos dados estatísticos demonstrando a importância da imigração para o aumento populacional das grandes cidades francesas. O objetivo não é realmente falar de migrações, e sim das consequências por elas provocadas nos espaços rurais e nas pequenas cidades de onde saíam os migrantes. Nos primeiros, a consequência imediata era o enfraquecimento das tradições. Já nas cidades-destino, assistia-se a um nivelamento das hierarquias e a um aumento da igualdade. O raciocínio proposto foi o seguinte: os migrantes, ao deixar seus lugares de origem, se subtraíam “à influência dos antigos”. Quando alcançavam os espaços anônimos (as cidades), nivelavam-se porque não mais agiam a partir de posições sociais conhecidas de todos.

A presença de migrantes nos novos espaços modificava a estrutura social e produzia maior igualdade entre os cidadãos. Contudo, os dados estatísticos apresentados pelo próprio Durkheim são insuficientes para corroborar essa hipótese. Além disso, o autor não fez menção às inúmeras hierarquias sociais já consolidadas nas cidades e, assim, pre-existentes à imigração. No prefácio da segunda edição de *Da Divisão do*

Trabalho Social, Durkheim retomou o argumento: “De resto, os ofícios pressupõem mais ou menos diretamente as cidades, e estas têm se formado à custa principalmente do recrutamento de imigrantes, ou seja, de indivíduos que abandonaram o seu meio natal.” (Durkheim, 1977:26, vol. 1). Ainda nesse prefácio, Durkheim relacionou os migrantes à origem dos novos grupos secundários – as associações profissionais e sindicatos – e às novas formas de sociabilidade que se constituíam nas cidades. Numa palavra, a partir da questão central da divisão do trabalho, o migrante torna-se ator principal de novas instituições sociais. Contudo, o interesse do autor não recaiu sobre a função econômica dessa nova instituição nem sobre o ator (migrante) que a constituía, mas sobre os novos valores sociais, para além das tradições e da luta política, que a alimentavam, conferindo identidade e visibilidade aos novos grupos profissionais que encarnavam.

A ausência de referências ao tema da imigração em *As Regras do Método Sociológico*, *O Suicídio*, *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, *Lições de Sociologia*, *Educação e Sociologia* e em *Educação Moral* indicam que o tema dos migrantes ou das migrações não provocou novas preocupações no mestre francês. Mas a contribuição durkheimiana ao tema da imigração pode ser percebida ainda nos estudos sobre integração e socialização. Socialização através da educação e, sobretudo, da disciplina, e integração graças à divisão do trabalho e à atuação do Estado são questões chave na obra durkheimiana. Desde o *Suicídio*, o autor se deparou com o problema da (falta de) integração como causa de processos anômicos⁹, fato que, em algumas situações, poderiam levar ao ato extremo. A situação dos imigrantes surgiu assim como exemplo empírico privilegiado para estudar tanto a socialização quanto a integração. Tratou-se então de analisar os diversos processos de socialização a que os imigrantes eram submetidos. Além disso, no final do século XIX e início do XX, a França foi varrida por diversos movimentos xenófobos e racistas, cujo exemplo clássico é o movimento em torno do capitão do Exército francês, Alfred Dreyfus¹⁰. Lembremos ainda que, nesta época, alguns projetos de lei hostis aos imigrantes foram apresentados e aprovados pelo parlamento francês (Noiriel, 2008). Como um todo, o objetivo desses projetos foi se prevenir da imigração. Mas isso produziu um efeito inesperado: a necessidade de definir os imigrantes que seriam assimilados ou integrados e aqueles que não seriam. Como se sabe, a resposta durkheimiana a todos os problemas de falta de coesão social foi sempre a mesma: a integração depende dos processos de socialização que são conduzidos pela família, pelos grupos secundários, pela

escola, todos eles regulados pela ação do Estado. Embora seja justamente essa tese que permaneça como base de muitas reflexões teóricas e ações políticas empreendidas nos dias de hoje, Durkheim não a levou a cabo.

Finalmente, vale resgatar aqui um último trabalho de Durkheim que pode ser relacionado ao tema da imigração. Trata-se não de um trabalho de pesquisa (artigo ou livro), mas do relatório realizado pela Comissão dos Estrangeiros¹¹ e enviado ao ministro do Interior da França, em fevereiro de 1916, cujo objetivo foi examinar a situação militar e legal dos estrangeiros residentes no “departamento da Seine”. O pano de fundo da questão era o debate em torno da expulsão dos refugiados, judeus russos, supostamente envolvidos em atividades antipatrióticas durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo Léon Trotski (*apud* Elkarati, 1990:268), Durkheim teria se esforçado em prevenir os refugiados do secreto desejo da municipalidade de Paris de expulsá-los. Mas além do engajamento direto em favor dos estrangeiros, encontra-se no relatório uma discussão sobre o “estrangeiro”, fato que não é menos importante na própria vida de Durkheim. Como sublinha Elkarati (1990:168), considerado frequentemente um pensador “socialista”, Durkheim foi, nesse momento, acusado de ser um “francês de linhagem estrangeira”, fato que lhe teria profundamente abalado, justamente quando seu filho acabara de morrer lutando pela França na Primeira Guerra Mundial.

A análise dos textos durkheimianos não permite identificar com segurança a influência que a origem social e familiar – antepassados judeus imigrantes da Alemanha – de Durkheim teve sobre sua obra. A posição particular que sua família (e seu grupo social de origem) ocupou na sociedade francesa não foi, contudo, ignorada, como bem demonstram as cartas que escreveu a amigos durante o “caso Dreyfus”. Com efeito, Durkheim pode ter experimentado sentimentos ambíguos. De um lado, do modo próprio aos grupos imigrantes e descendentes, muitas vezes tratados como estrangeiros e, de outro, do modo próprio das comunidades judaicas, do qual o próprio Durkheim se afastou quando recusou a seguir a carreira religiosa a ele reservada (Fournier, 2007:367-371). Curiosamente, o caso dos judeus russos, acusados de não patriotismo, assemelha-se à falsa acusação de traição sofrida por Dreyfus¹².

Esses dois acontecimentos revelam que a questão da nacionalidade foi importante para Durkheim. Os acontecimentos da Primeira Guerra e

as circunstâncias que o envolveram haviam sido equacionados teoricamente através dos termos de socialização e integração. Mas o exame do relatório traz uma novidade sobre essa questão. Durkheim demonstra que a política de integração dos estrangeiros, mesmo permitindo que eles se engajassem nas forças armadas francesas, o que de fato ocorreu em muitos casos, não se traduzia necessariamente no exercício pleno do direito cívico. O relatório termina dizendo que “em seu conjunto, a comunidade russa cumpriu com seu dever”, para em seguida propor formas de engajamento militar – diversos tipos de atividades – ao modo de um programa de integração de imigrantes (Relatório da Comissão *apud* Elkarati, 1990: 176-177). O relatório pode ser visto, enfim, como solução à situação “imigrante” de vários grupos sociais talvez ainda não totalmente assimilados como os judeus franceses ou os judeus russos. Nesse caso, seria possível ver aí uma pequena “sociologia da imigração”, ou seja, uma sociologia da relação entre estrangeiros e nacionais.

MAX WEBER

A relação de Max Weber com o tema da imigração pode ser considerada tão importante e pessoal quanto aquela analisada em Durkheim. Contudo, isso não se reflete necessariamente em sua obra. Como e onde Weber aborda o fenômeno das migrações? Primeiro, o tema surge quando o autor analisa a situação dos trabalhadores alemães ao leste do Elba. Em um segundo momento, o tema foi vivenciado durante a visita que fez aos EUA e está presente ainda na análise da relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Weber se preocupou com as questões fronteiriças e de identidade e com as questões de “hinduização”, quando trabalhou o tema do hinduísmo (Kaesler, 1988:6 e 112). Como sabemos, no primeiro caso estavam em questão o poder e a nação alemã, confrontados com o deslocamento de trabalhadores alemães e sua substituição por trabalhadores poloneses em particular, e eslavos em geral. No segundo caso, estavam em questão os estudos religiosos e as relações sociais nos EUA que estariam sendo impulsionadas pelos imigrantes protestantes de origem germânica. Vejamos.

A questão do trabalho rural na Alemanha do leste foi proposta como tema de estudo pela “Associação para a Política Social” (*Verein fur Sozialpolitik*), “uma associação de estudiosos, funcionários do governo e outros especialistas interessados em investigar problemas sociais do momento e em promover reformas através da legislação.” (Bendix,

1986:42). Em 1892, Weber, que também era membro da associação, foi por ela encarregado de produzir o relatório final a partir de questionários enviados aos proprietários de terra¹³. A tese de Weber é: um número cada vez mais importante de trabalhadores agrícolas alemães estava deixando as regiões a leste do rio Elba em direção às grandes cidades ou aos EUA. A razão disso era a transformação do sistema agrário, fazendo que os antigos senhores se tornassem empreendedores agrícolas. Não percebendo mais a chance de se tornarem proprietários agrícolas, os trabalhadores partiam. No lugar deles, os proprietários atraíam trabalhadores poloneses e russos, colocando em risco a soberania dessas regiões. Segundo Halbwachs (1929:81), Weber não se importava com a sorte da classe dos proprietários rurais, mas sim com a sorte da nação, para a qual a emigração dos alemães tanto quanto a imigração dos poloneses e russos eram problemas relativamente importantes.

A questão da soberania das regiões a leste do rio Elba seria retomada por Weber em *O Estado Nacional e a Política Econômica*. Há aí duas novas teses: 1) uma explicação original e polêmica sobre as causas da emigração dos trabalhadores alemães e da imigração de seus congêneres poloneses; 2) uma análise sobre a principal consequência da transformação da sociedade agrária, a saber: a ascensão ao poder do Estado de uma burguesia não portadora de projeto nacional. Na primeira, Weber, comparando trabalhadores alemães e poloneses, afirma que nem sempre o grupo nacional era aquele que melhor se adaptaria às regras de trabalho nas empresas capitalistas. Mas surpreende quando afirma: “O pequeno agricultor polonês ganha terreno porque ele, de certo modo, come a própria grama, não *apesar mas por causa* dos seus hábitos de vida mesquinhos tanto física quanto espiritualmente” (Weber, 1979:64; ênfase no original).

As afirmações acima seriam simplesmente fruto de uma atitude xenófoba, comum a muitos alemães daquela época, se não trouxessem à tona a dificuldade de Weber em afirmar que a substituição dos trabalhadores agrícolas alemães pelos eslavos tinha origem clara nas vantagens econômicas advindas pelo emprego dos últimos. Com efeito, Weber foi enfático: “De todo modo, já nos é demasiado próxima a tentação de nos convertermos em seguidores do vencedor da luta pelo poder econômico e, por essa via, *esquecermos que o poder econômico e a vocação para a direção política da nação nem sempre coincidem*” (Weber, 1979:82; ênfase no original). Além da crítica ao postulado marxista, Weber aponta,

em ambos os textos, para uma área do conhecimento que seria desenvolvida por Simmel e, mais tarde, por Sayad (1998): a análise das consequências da imigração nas relações entre nacionais e estrangeiros no país de destino e o impacto desta no país de origem.

Foi durante sua visita aos EUA que Weber pode retornar à questão migratória. Num trecho reproduzido por Marianne Weber (2003: 342-345), encontramos referência “à cultura judia alemã”. Descrevendo Chicago, Weber apresenta os grupos de imigrantes e suas profissões: alemães são garçons, irlandeses cuidam da política, italianos cavam fossas¹⁴. Roth (2002) afirma que Weber chegou aos EUA preocupado com as consequências da imigração da “Europa periférica” sobre as zonas de colonização inglesa e alemã, em especial no meio-oeste americano. A origem dessas preocupações permanece misteriosa. Mas a conferência feita em Saint-Louis indica: Weber acreditava que os imigrantes do leste europeu, tidos por “incivilizados”, colocavam em risco a obra dos anglo-saxões. Apesar disso, a cultura protestante funcionava como uma proteção, além do fato de que havia certa semelhança entre os imigrantes judeus e o “americanismo”. A presença de judeus nos EUA colocava em evidência o capitalismo americano. Mas acaso os últimos seriam assimilados pelo *american way of life* ou guardariam nos EUA sua identidade étnico-religiosa? As preocupações de Weber com o judaísmo ultrapassam em muito o escopo de nossa análise aqui, mas talvez seja possível repensar a questão judaica em Weber também como um problema para a sociologia da imigração. De fato, deviam os judeus alemães deixar seus países de origem e partir para a Palestina ou seria possível assimilá-los? Segundo Roth (2002), Weber oscilou entre as opções acima.

O tema da imigração surge novamente em “As seitas protestantes e o espírito do capitalismo”¹⁵. Aí, a questão central é o papel da Igreja em relação ao comportamento dos imigrantes ingleses nos EUA. As referências à importância das escolhas religiosas e à frequência de cultos são abundantes. Ora Weber se lembra de ter sido questionado sobre a igreja que frequentava, ora ele afirma que a referência à adesão a uma igreja era um claro sinal de posses. A adesão religiosa se misturava a um cálculo econômico pouco disfarçado (Weber, 1906:1-33). As situações descritas não eram, contudo, fruto da “recente europeização do país”. Ao contrário, pareciam ser particularmente importante apenas nas “regiões ainda não inundadas de imigrantes europeus” (Weber, 1906:3)¹⁶. Isso porque os protestantes alemães emigrados não aceita-

riam certas exigências sociais e econômicas comuns ao cotidiano dos EUA. O argumento sustentado indica que, com os imigrantes alemães, desembarcaram também certos padrões comportamentais e estes estariam modificando o *modus vivendi* local. As novas relações sociais formadas teriam por base outros critérios, como os de classe, gênero, raça e etnia.

Em *Economia e Sociedade*, encontramos referências à raça, às comunidades étnicas, às comunidades políticas e à nacionalidade como formas (ou tipos) de ação social. Existe aqui uma referência à afinidade étnica que pode ser útil à análise do fenômeno de assimilação ou integração dos estrangeiros ou imigrantes em novos espaços sociais. Contudo, aqui, o conceito de raça e o de etnia são intercambiáveis: é como se as diferenças raciais tivessem por fundamento as comunidades étnicas de origem e vice-versa. Essas diferenças fariam sentido para explicar as formas de atração ou repulsão sexual, mas Weber se insurge contra isso invocando simplesmente os “milhões de mulatos dos Estados Unidos” (Weber, 1984:315). Em seguida, coloca num mesmo plano as comunidades étnicas e as comunidades nacionais, as últimas tendo por vezes origem nas primeiras. Mas aqui também Weber oscilou: havia muitas diferenças entre as comunidades nacionais, a maior parte delas unidas pela língua, mas não todas porque, por um lado, as diferenças linguísticas não constituíam obstáculo ao “sentimento de comunidade nacional” e, por outro, a unidade linguística não levava necessariamente à comunidade nacional.

Analisando em detalhe essa questão, Winter (2004) afirma que a posição de Weber sobre as comunidades de origem (fossem elas nacionais, étnicas ou raciais) tem como pressuposto tanto a ausência de evidências empíricas que demonstrem sua unidade quanto a abundância de suas formas históricas. Para compreender esse ponto, basta lembrar o método weberiano: ocupar-se das aranhas e não das teias que elas constroem. A análise dos textos de Weber indica um grande leque de possibilidades a serem exploradas para o exame do fenômeno das migrações. Mas a base talvez seja sempre a mesma: no fundo, a migração é sempre uma decisão e um ato individual e as consequências dela poderão ser tão numerosas quanto os indivíduos que as empreendem. Concluindo, os textos weberianos tocam em pontos fundamentais dos fenômenos migratórios, como a cidadania e a questão nacional nos países de origem, só recentemente abordados, demonstrando assim sua vitalidade (Gabaccia *et al.*, 2006).

GEORG SIMMEL

Segundo Vandenberghe (2002), Simmel, desde a infância, encontra-se numa *position marginale*. Permaneceria toda sua vida como *un homme sans attache*. Também chamado de *flâneur*, as contribuições de Simmel para a sociologia da imigração refletem essa constante mobilidade?

Os termos “imigrante” e “imigração” não aparecem nos objetos de estudo de Simmel inventariados por Waizbort (2000:11-12). Contudo, isso não quer dizer que ele não tenha se interessado pelo tema. A figura social do migrante, ao contrário, está presente no interior de vários textos e pode ser considerada mesmo muito importante para a compreensão de sua sociologia. A mobilidade (de perspectivas, de sentidos e de ações) que caracteriza o indivíduo na modernidade é central em sua obra. Simmel abordou os temas da imigração e do imigrante – e, sobretudo, as consequências de suas ações – de maneira transversal. Já o tema dos imigrantes (ou descendentes de) foi diretamente abordado em seus estudos sobre os judeus, tendo Simmel os considerado assimilados. Por outro lado, quando Simmel fala do espaço, há uma discussão sobre deslocamentos e, portanto, sobre migrações. Nesse caso, Simmel analisa as formas de socialização que se estabelecem dentro de um grupo migrante em contraste com o grupo fixo. Procura ainda compreender os efeitos que a migração produz nos membros do grupo sedentário. Por fim, refere-se especificamente aos migrantes nos seus trabalhos sobre os estrangeiros. Vejamos.

Em “O Espaço e as Organizações Espaciais da Sociedade”¹⁷, publicado originalmente em 1903, encontra-se o capítulo “Digressões sobre a sociologia dos sentidos”. No interior desse, encontra-se o item “Migração no espaço e formas de socialização”, dividido ainda em: a) migração do grupo e, b) efeito da fração migrante sobre a fração sedentária do grupo. Ele se exprime nesses termos:

As condições geográficas de sua existência entram assim em uma fluidez, e como a humanidade só pode adquirir a existência que nós reconhecemos nela devido à sua mobilidade, as mudanças de lugar no sentido estrito, a migração, produzem pelas suas interações uma multitudine de consequências das quais apenas um pequeno número poderá ser enumerado aqui. Do ponto de vista sociológico, o critério fundamental de classificação desses fenômenos é: quais formas de socialização estabelecem-se em um grupo migrante em contraste com um grupo fixo no espaço? Quando um grupo, não todo ele, mas alguns de seus elementos

migram, que formas resultam disso para o grupo como um todo e para as pessoas que migram? (Simmel, 1999:649.)

Encontram-se aí todas as grandes e atuais questões da sociologia da imigração. Chama a atenção, inicialmente, a referência ao descolamento do grupo. A fluidez é quem vai defini-lo socialmente. Em termos puramente sociológicos, Simmel aborda o tema da socialização: quais são as formas produzidas num grupo migrante? O movimento é variável, mas o indivíduo é a chave do processo, e não apenas o grupo. Doravante no texto, Simmel enumera os deslocamentos que lhe interessam: nomadismo e os movimentos de invasão. A primeira consequência para invasores ou nômades é a indiferenciação social e a falta de uma “verdadeira organização política”. Mas o autor faz uma ressalva: nos povos nômades, o afastamento das mulheres de seus locais de origem lhes priva de proteção. Em consequência, o nomadismo favorece o despotismo familiar. A análise continua e Simmel tenta compreender outra causa das migrações: a geografia. As planícies e as estepes favorecem as migrações. Em poucas linhas, aí estão interações sociais, organização política, questões de gênero e de espaço. Surge então a tese: “Existe uma relação muito profunda entre o movimento no espaço e a diferenciação das existências sociais e pessoais” (*ibidem*:651). Em resumo, sociedades estáveis apresentam grande diferenciação em comparação com sociedades migrantes. Porém, outra ressalva se impõe: “A extraordinária necessidade de diferença do homem moderno se apoia ao mesmo tempo na mudança de lugar e na diferenciação [...]” (*ibidem*). Em outras palavras, o deslocamento rompe tradições, marca a modernidade.

O artigo acima é curto: tem apenas 14 páginas, mas surpreende a cada passagem. Na continuação da citação acima, Simmel compara o papel político dos chefes das caravanas com aquele dos capitães de navio. A dominação exercida por um ou por outro só é possível porque a migração individualiza e isola. Isso reforça a posição do chefe. Isolamento e individualização têm ainda outras consequências. As amizades de viagem apresentam frequentemente uma franqueza e uma intimidade incomuns. Estar liberado de seu meio de origem, estar consciente da precariedade do presente vivido ou ter a certeza do iminente retorno são, para Simmel, combustíveis das relações sociais. A variável central aqui é a “representação da duração”. Quanto mais as viagens forem representadas como curtas ou transitórias, mais as relações sociais assumem caráter profundo e inesperado.

Abordando em seguida o efeito da migração na fração sedentária do grupo, Simmel aponta dois fenômenos aparentemente contraditórios. A migração tende a unificar e a separar o grupo em dois. No primeiro caso, as viagens são a base da centralização política. Isso porque, espalhados num vasto território, o grupo comunicará pouco e, assim, as decisões e o exercício do poder terão que estar centralizados. No segundo, estão o vagabundo – essencialmente, os medos que administra e provoca – e os companheiros de estrada, mormente grupos ligados pela mesma atividade. Nesses casos, o grupo se divide entre aqueles que vão e os que permanecem. Surge ainda a *compagnonage*, espécie de relação social típica das viagens que se inicia e se acaba com elas.

“Digressões sobre os Estrangeiros” é um texto ainda menor que o anterior. Tem pouco mais de cinco páginas. Foi publicado no mesmo capítulo “O Espaço e as Organizações Espaciais da Sociedade”. Nesse, o estrangeiro é uma figura social distante que se torna próxima. “O estrangeiro é um elemento do grupo, mas situado na mesma condição dos pobres e dos diversos *inimigos do interior*. Um elemento cuja articulação imanente ao grupo implica a um só tempo uma exterioridade e um face a face” (Simmel, 1999:663). Não se trata do “vagabundo” que está aqui hoje, ali amanhã. Retomando argumentos já desenvolvidos, Simmel afirma que o estrangeiro (como o imigrante) chega e permanece, mas é bem mais livre que o indivíduo sedentário, porque mantém uma visão “aérea” da sociedade e “examina a situação com menos preconceito” (*ibidem*:665). Em resumo, a figura do estrangeiro é inspiradora e socialmente rica. Ela mantém o grupo original em permanente processo de alteridade, indicando nesse movimento quão fugaz é a noção de identidade social.

Finalmente, conceitos clássicos da sociologia da imigração, como assimilação, surgem em Simmel quando ele analisa o judeu¹⁸. A novidade está na relação entre o judaísmo e a cultura europeia. Embora grupo minoritário, Simmel afirma que é a Europa que se encontra em estado de “judaização”. Em outras palavras, encontra-se em processo a “judaização do não judeu” (Waizbort, 1995:73). Vetor de um processo social próprio ao tempo longo, o judeu pode ser visto como o eterno migrante, efeito da diáspora original. Mas sendo ou não um grupo específico, o ponto de maior interesse para a sociologia da imigração é o padrão de assimilação que sua presença revela em cada um dos países onde sua especificidade é reconhecida. Simmel entra aqui no debate das interações sociais, tema caro à tradição da “Escola de Chicago”.

Não por acaso, é considerado o principal clássico da sociologia da imigração.

ESCOLA (OU TRADIÇÃO) DE CHICAGO

A importância de Simmel para os fundadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago é inegável. O primeiro diretor daquele departamento, Albion Small (1854-1926), foi colega de Simmel na Alemanha. Interessado em seu trabalho, traduziu e publicou, entre 1895 e 1910, na *American Journal of Sociology*¹⁹ (revista que havia fundado e dirigia), nada menos do que dez de seus artigos. Além disso, Robert Park (1864-1944)²⁰ e Ernest Burgess (1886-1966), dois dos mais importantes professores de Chicago, lhe deram grande importância, incluindo vários de seus trabalhos no livro *Introduction of Science of Sociology*, publicado em 1921. Finalmente, grande parte dos textos de Simmel seria traduzida e publicada finalmente por Wolff décadas mais tarde, em 1950, demonstrando que o impacto do autor na sociologia norte-americana consolidara-se definitivamente.

O interesse dos pesquisadores de Chicago pelo tema da imigração teve por origem as migrações dos negros norte-americanos do sul em direção às grandes cidades do norte do país. O interesse surgiu numa época em que o problema da imigração, em termos políticos e jurídicos, estava em seu auge, como bem mostram os debates sobre as leis de cotas votadas nos anos 1920. Com efeito, naqueles anos, a ideia do *melting pot* estava sendo posta à prova. Assim, não é fortuito o fato de que trabalhos como “The Ghetto”, “The City” e “The Polish Peasant”, abaixo analisados, foram publicados nas “Americanization Series”. De certo modo, acreditava-se ou temia-se que a uniformização do povo norte-americano, em virtude da diversidade e dos grupos imigrantes, não fosse alcançada²¹. Vejamos.

Em 1915, Park publica “A Cidade: Sugestões Para a Investigação do Comportamento Humano no Ambiente Urbano”, onde apresenta o termo de “ecologia humana”²². A tese era: o espaço urbano modula benéficamente o comportamento coletivo; a concorrência cria conflitos. Em 1950, publica o livro *Race Prejudice and Japanese American Relations*, no qual a figura do estrangeiro imigrante aparece ligada ao tema do preconceito, inaugurando um campo de estudos fundamental até hoje em todos os países que conheceram forte afluência de estrangeiros. Em 1922, o mesmo autor publica o clássico *The Immigrant Press and Its Con-*

trol, onde analisa o impacto da imprensa imigrante sobre a reprodução de comportamentos que dificultavam a assimilação. Finalmente, em 1928, Park publica, na *American Journal of Sociology*, o artigo “Human Migration and the Marginal Man”, completando um primeiro ciclo de estudos sobre o tema²³.

Em seus trabalhos, Park analisou o processo de integração dos grupos imigrantes, normalmente em situação inferior ao grande grupo nacional. Mas no caso específico dos EUA, tratava-se ainda de estudar o processo de assimilação de imigrantes em grandes cidades, especialmente quando havia não apenas um grupo, mas vários deles, como era o caso da cidade de Chicago. Quando um determinado grupo (em meio àqueles que lá estavam) apresentava uma cultura muito diferente da cultura hospedeira, o processo de aculturação e assimilação não ocorreria tão rapidamente. Um exemplo disso era o grupo de imigrantes japoneses. Mas a tese do “homem marginal” não se aplicava a todos os imigrantes. De fato, Park retira-a e aplica-a ao caso dos judeus, citando, para isso, Simmel e seu “estrangeiro”²⁴:

O caso dos judeus era diferente. Os judeus nunca foram um povo subjogado, pelo menos na Europa. Eles nunca tinham sido reduzidos à posição de uma casta inferior. Em seus guetos, que inicialmente escolheram, mas onde foram então forçados a viver, eles preservaram suas tradições tribais e sua cultura, quando não sua independência política. O judeu que deixou o gueto não escapou; ele desertou e tornou-se um elemento execrável, um apóstata. A relação do gueto judeu com a comunidade maior no qual ele estava inserido era, e de alguma forma ainda é, mais simbólica do que social. Quando, contudo, os muros do gueto medieval foram postos abaixo e ao judeu foi permitido participar na vida cultural das pessoas com as quais ele vivia, apareceu então um novo tipo de personalidade, nomeadamente um híbrido cultural, um homem vivendo e partilhando intimamente da vida cultural e das tradições de dois diferentes povos; raramente capaz de romper, mesmo se isso lhe fosse permitido, com seu passado e suas tradições, e não muito aceito por causa do preconceito na nova sociedade na qual agora ele tinha pensado encontrar um lugar. Ele era o homem à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca interpenetraram-se e fundiram-se completamente. O judeu emancipado era, e é, histórica e tipicamente, o homem marginal, o primeiro cidadão cosmopolita do mundo. Ele é o “estrangeiro”, por excelência, que Simmel, ele próprio um judeu, descreveu com íntima profundidade e conhecimento em sua Sociologia (Park, 1928:891-892).

A “marginalidade” era física, porque estavam em questão os guetos europeus, mas ao mesmo tempo simbólica. De fato, essa tese não deveria ficar restrita aos judeus europeus, que deveriam ser tomados apenas como a “personalidade-tipo” (*personality type*). Com efeito, ainda em 1928, um dos alunos de Park, Louis Wirth (1897-1952), publica o livro *The Ghetto*, sobre o bairro judeu de Chicago, indicando com isso que a metáfora europeia encontrava ressonâncias no mosaico urbano que caracterizava Chicago, e deixando entreaberta a possibilidade do mesmo fenômeno estar ocorrendo em outras grandes cidades marcadas por imigrantes mundo afora.

Finalmente, a tese da marginalidade seria retomada numa pesquisa realizada em 1937 por outro aluno de Park, Everett Stonequist (1901-1979). Nesse trabalho, Stonequist procurou aprofundar a análise da posição intermediária entre dois ou mais mundos, descrevendo inclusive os tipos mais representativos de “pessoas marginais”. Dois outros trabalhos – Green (1947) e Johnson (1960) – reexaminaram, cada um em seu modo, o conceito de “homem marginal” proposto por Park. Enquanto o interesse de Green (1947) dirigiu-se em direção às situações empíricas onde é possível verificar a marginalidade, Johnson (1960) tratou de compreender as condições sociais que produzem a marginalidade. Mas ainda que os estudos de Park e seus seguidores abordem o fenômeno da imigração em perspectivas originais, tentando compreender a marginalidade de qualquer grupo ou indivíduo (e não apenas dos imigrantes) de primeira ou segunda geração, ou ainda as condições sociais que a explicam, o estudo que tomou por objeto o imigrante de maneira central foi o clássico *The Polish Peasant in Europe and America*, publicado entre 1918 e 1920, por William I. Thomas (1863-1947) e Florian W. Znaniecki (1882-1958).

Trata-se aqui de um livro publicado em cinco volumes. De caráter documental – a maior parte dos documentos eram cartas escritas e reproduzidas no bojo da obra – esse livro conheceu, para todo o período de 1918 e 1940, uma tiragem de apenas três mil exemplares. Segundo Chapoulie (2001a), a leitura da obra não permite compreender o contexto no interior do qual o livro foi concebido. Sabe-se hoje que Thomas, ao lado de Albion Small, organizara para o departamento de Sociologia um projeto destinado a compreender empiricamente a vida social de Chicago. A ideia original era publicar documentos sobre os imigrantes e comentá-los. De fato, foi apenas mais tarde que Thomas²⁵ redefiniu esse projeto, afirmando que “tinha ideia de estudar o com-

portamento dos imigrantes dos dois lados do Atlântico porque o assunto era de grande importância”.

Após viagem a Europa, o encontro e o convite para que o filósofo polonês, Florian Znaniecki se integrasse ao departamento de Sociologia, coube a Thomas a fortuita descoberta de farta documentação, em forma de cartas, sobre a questão da imigração. Eram cartas, escritas por um jovem imigrante polonês radicado em Chicago a seus pais, mas jamais enviadas. Após a descoberta, os autores, através de anúncio na imprensa, encontraram o autor delas, o imigrante polonês Wladeck Wiszniewski. Encontrando-se desempregado, o jovem imigrante respondera ao anúncio no intuito de vender suas cartas. Ao invés disso, Znaniecki propôs-lhe um simples contrato em que este escreveria suas próprias memórias e seria pago por página escrita. Wladeck não sabia, mas estabelecera ali um acordo que o transformaria num clássico da sociologia. Seu depoimento escrito se transformaria no terceiro volume do “Camponês polonês”.

O plano de *Polish Peasant* é simples. Trata-se de descrever a trajetória de um grupo social através do depoimento do imigrante Wladeck. Os primeiros volumes são dedicados à descrição da família camponesa, do sistema social e da vida econômica na Polônia. Em seguida, descreve-se o fim do isolamento das comunidades rurais, a desorganização dos grupos primários (família, comunidades de trabalho) após décadas de ocupação e, finalmente, a desestruturação da economia camponesa tradicional. Conflitos de diversas ordens sobrevêm, inclusive entre gerações, o que explica a migração em certos casos. Na terceira parte, tem-se a fase de instalação no novo país, marcada pela reconstituição inicial da comunidade, a criação das sociedades polono-americanas etc. Afirma-se aí que sob a força das normas sociais americanas, as novas comunidades se desorganizam, levando alguns de seus membros à delinquência. Enfim, a quarta parte é a longa autobiografia paga do jovem polonês. A análise centra-se na formação da personalidade no novo meio social. Segundo os autores, as atitudes (e comportamentos) são fruto das representações que os atores fazem a partir das “situações de vida” (termo que permanece associado a Thomas).

Quase um século depois, como entender o livro e quais suas contribuições fundamentais? Além do depoimento e das inúmeras cartas reproduzidas, o livro tornou-se um clássico por incorporar na mesma análise temas originais para a época, tais como preconceito racial, imigração, assimilação, valor moral das nacionalidades, crime, alcoolismo,

entre outros. Em depoimento, em 1939, Thomas afirma que a imigração era um tema “quente”, uma vez que “mais de um milhão de imigrantes, sobretudo da Europa do sul e do leste, chegava aos EUA cada ano”. A obra seria original ainda porque se interessou pelo grupo antes mesmo da imigração, ou seja, tentou reconstruir a vida dos poloneses dos dois lados do Atlântico. Mas, segundo Chapoulie, a obra foi supervalorizada e considerada um clássico porque como o:

[...] primeiro estudo sociológico fundador de uma “escola de Chicago” que acentua o trabalho de campo e a dimensão subjetiva, “O Camponês Polonês” oferece uma análise das transformações dos comportamentos dos camponeses poloneses após seus contatos com o mundo moderno (urbano) e, sobretudo para alguns, após sua migração para os Estados Unidos. As autobiografias e a correspondência familiar são as novas fontes documentais “inventadas” por Thomas para analisar a dimensão subjetiva dos comportamentos. Ainda que Thomas, o autor principal, tenha deixado a Universidade de Chicago em 1918, a obra exerceu grande influência sobre as monografias em sociologia urbana realizadas na Universidade de Chicago nos anos seguintes, cujos autores constituem o que é frequentemente designado pelo termo “escola de Chicago”. A obra abriu assim a via para obras posteriores que tiveram por base uma abordagem etnográfica (trabalho de campo) (Chapoulie, 2001:146).

O autor afirma, contudo, que a interpretação, ainda que correta, é anacrônica. De fato, não há na obra um modelo de pesquisa empírica que foi seguido. A utilização atual de cartas como documento de análise nada deve à obra de Thomas e Znaniecki. Da mesma forma, a utilização do termo “Escola” para se referir àqueles professores de Chicago teria sido uma construção tardia, dos anos 1960, quando muitas das obras daqueles anos 1910 e 1920 foram republicadas e reapresentadas. “O Camponês Polonês” acabou servindo como datação, não da sociologia da imigração, mas da sociologia urbana (Grafmeyer e Joseph, 1979). Mas é igualmente possível, analisando os trabalhos de Thomas e Znaniecki, Park, Wirth, entre outros, perceber a importância do tema da imigração para o desenvolvimento da sociologia nos EUA e o papel de marco fundador que desempenha até hoje.

CONCLUSÃO

Tendo produzido suas obras entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, autores clássicos da sociologia conheceram de

perto a questão da imigração, ainda que não tenham dedicado a ela livros ou artigos específicos. Para explicar a não centralidade do tema nos três grandes clássicos – Marx, Weber e Durkheim – basta lembrar que, de certa forma, o imigrante era um produto em formação, um resultado do desenvolvimento do capitalismo e da estratificação social em curso e não necessariamente aquele ator cuja ação social requeria análise específica. Em consequência, o fenômeno foi tratado no interior de outras questões maiores, como fica claro em Weber e em Marx, por exemplo, ou apenas como um resíduo inesperado, e mesmo não desejado, da divisão do trabalho, como em Durkheim. Por outro lado, porém, as contribuições dos clássicos apontam com originalidade para o fato de o tema, já naquela época, necessitar de um tipo de análise que deveria combinar a noção de etnia, como no caso de Weber, com dados demográficos, econômicos e culturais, conforme visto também em Engels.

A realidade empírica dos imigrantes, desembarcada nos EUA, marcou definitivamente a sociologia desse país. Em 1931, Park afirmou que Thomas e Znaniecki haviam estudado não apenas o processo migratório, mas mudanças culturais na vida dos imigrantes desembarcados nos EUA e as consequências disso em termos sociais. Park, Burgess e Wirth interessaram-se por essas mudanças, tanto quanto sobre os novos processos de interação social, dando novo impulso à reflexão sociológica. A título de exemplo, os estudos sobre os imigrantes realizados em Chicago mostraram novas formas de conflito, demonstrando que o deslocamento também estava na origem de choques sociais. A necessidade de explicar as práticas culturais dos grupos migrantes nos novos espaços sociais resgatou a equação sociológica básica: quais os fatores que explicam a ação social? Como definir o ator? Qual a importância da cultura? Eis porque, nos EUA, o tema da imigração aproximou-se tanto da discussão sobre interações interétnicas e sobre conflitos culturais quanto daquela sobre relações raciais, fato que teria mesmo despertado o interesse de Park pelo Brasil (Valladares, 2010).

O debate sociológico em torno das migrações que está na obra dos clássicos, vale insistir, gira em torno das interações sociais, da coesão social, das diferenças entre os diversos grupos, das mudanças sociais decorrentes do avanço do capitalismo e da mobilidade geográfica e socioeconômica. Em Marx – e também em Engels – a questão central são as relações sociais nos novos espaços (mormente urbanos) e da desestruturação das relações tradicionais de produção. Em Durkheim, a mobi-

lidade e o afastamento das tradições – situações que ele próprio conheceu como descendente de judeus emigrados da Alemanha – são analisadas como condição necessária para a eclosão das novas formas de solidariedade. Mas é também em relação à situação vivida por imigrantes em qualquer lugar que os conceitos de Durkheim – socialização e integração – continuam a ser analiticamente úteis. Embora não tenha reconhecido a etnia, a raça e mesmo a nacionalidade como critérios centrais em processos de diferenciação social, Weber foi sensível à etnicidade (do imigrante polonês e também do imigrante alemão) em duas situações distintas (Alemanha e EUA), revelando aí que padrões culturais tendiam a se manter, mesmo frente à liberdade e à racionalidade de um mundo em processo de “desmagificação”.

Em Simmel, à diferença dos outros três clássicos, é possível reconhecer consequências impensadas do *homme sans attache* e sua situação de eterno migrante sobre o microcosmo das relações sociais. Estrangeiro, imigrante, em processo de assimilação ou não, Simmel mostrou novos comportamentos sociais entre aqueles que se encontravam divididos entre duas culturas e entre dois espaços. Obviamente, análises sobre imigrantes só encontrariam o campo perfeito nos EUA, onde a sociologia ainda se afirmava e onde as filiações teóricas puderam ser submetidas à realidade empírica de um país em profunda transformação demográfica e cultural. Eis porque, inicialmente, a sociologia da imigração foi subcampo especificamente norte-americano. Mas, concluindo, falar que esse subcampo nasce apenas em Chicago é desconhecer a historicidade do fenômeno e os debates sociológicos anteriores que permitiram, direta e indiretamente, seu aparecimento. Por útil que seja a datação histórica, o anacronismo dela se vale. Objeto de estudo transversal por excelência e espacial por natureza, o tema da imigração necessitou de pontes, mormente para o passado. Como de resto acontece em toda ciência histórica, a análise da obra dos fundadores nunca dirá sua última palavra.

(Recebido para publicação em maio de 2013)

(Reapresentado em novembro de 2013)

(Aprovação para publicação em fevereiro de 2014)

NOTAS

1. Nos servimos aqui da tradução feita pela editora Boitempo. Vide Engels (2008).
2. Ver especialmente o capítulo “Acumulação do Capital”, parte sétima do volume 2, livro 1, *O Capital*.
3. Em especial, *Les Carnets de Kovalevsky*. Para maiores detalhes, ver Hudis (2010).
4. De origem judia, Rosa nasceu na Polônia em 1871, na cidade de Zamosc, província de Lublin, então ocupada pelo Império Russo. Foi membro do Partido Social-Democrata Alemão. Morreu assassinada em Berlim, após ser presa durante os levantes de 1919.
5. Para uma análise detalhada desse artigo de Lênin, ver Balibar (1973).
6. Ver a esse respeito, Henri Lefebvre, *La Pensée Marxiste et la Ville* (1978), traduzido em português como *A Cidade do Capital*, editora DP&A, 1999.
7. Com efeito, mesmo as atividades políticas de imigrantes espanhóis ou belgas no Partido Comunista francês foram ignoradas pelos autores marxistas, como bem mostrou Noiriel (2001:312-318).
8. Na edição original, Durkheim serve-se do verbo *se recruter*, o que permite entender que as cidades estariam literalmente “recrutando”, ou seja, atraindo imigrantes conscientemente.
9. Termo central na sociologia durkheimiana, mas que evoluiu consideravelmente durante toda sua obra. Na *Divisão do Trabalho Social*, é definido como “disfuncionamento” ou “fracasso” das regras que regem as funções sociais criadas pela divisão do trabalho. Em *O Suicídio e Educação Moral*, aparece ainda como um “enfraquecimento da regulamentação”.
10. De origem judia, Dreyfus foi injustamente acusado de traição e condenado. A celeridade do processo, as falhas processuais e a insuficiência das provas fizeram surgir em todo o país um movimento em seu apoio, dividindo a sociedade entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra Dreyfus. A reação do grupo anti-Dreyfus foi particularmente violenta ao libelo “J’Accuse”, publicado no jornal *L’Aurore*, assinado pelo escritor Émile Zola, membro ativo dos “dreyfusards”. Aos gritos de “Morte aos judeus, morte a Zola, morte a Dreyfus”, houve inúmeros protestos nacionalistas (com vitrines apedrejadas) em cidades como Nancy ou Epinal (cidade natal de Durkheim). Ver a esse respeito Birbaum (1994) e Winock (1999).
11. Embora assinado pela “comissão”, Elkarati (1990) afirma que o texto foi de fato escrito apenas por Émile Durkheim.
12. Até então reservado em suas posições políticas, Durkheim terminaria por se engajar publicamente junto ao grupo que reclamava a revisão do processo de Dreyfus Fournier (2007: 870-874), e afirma que foi inclusive nesse momento que ele reconheceu a “questão judaica”, se desculpendo publicamente da indiferença demonstrada em relação aos “irmãos de origem que sofriam na qualidade de judeus”.
13. O relatório foi publicado sob o título de “A situação social dos trabalhadores rurais na Alemanha a leste do Elba”. Uma análise minuciosa desse trabalho encontra-se em Fanta (2006).
14. Segundo Marianne Weber (2003), Weber sentiu-se extremamente estimulado no período que passou nos EUA, tanto nas grandes cidades de Nova York e Chicago, quanto nos pequenos vilarejos habitados por imigrantes alemães.

15. Para efeitos dessa análise utilizamos a tradução francesa – Les Sectes Prothestants et L'Esprit du Capitalisme – do original em alemão, publicado no site www.leclassiques.uqac.ca/classisques/Weber/weber_max.html
16. Na tradução brasileira desse trabalho, incluído nos “Ensaio de Sociologia”, está escrito: “[...] em todas as regiões ainda inundadas de imigrantes europeus”, e não, como na tradução francesa, “ainda NÃO inundadas..”. Observando o que vem escrito antes ou depois da frase, a ausência do “não” é, provavelmente, um esquecimento ou falha de impressão. Para maiores detalhes, ver Weber (1984:348).
17. Para efeitos dessa análise aqui, nos servimos da tradução francesa da obra “Sociologia” (1908). Vide referências.
18. Werner Sombart afirma que o estrangeiro de Simmel não é outro que o próprio judeu, o que conferiria uma ligação entre os dois textos. Para maiores detalhes, ver Muller (2010:50-52).
19. Simmel torna-se *advisor* da revista já em 1895. Muitos de seus trabalhos foram divididos e publicados em números sequenciais, como “The Sociology of Conflict” (publicado em três números). Além disso, em muitas ocasiões, seus trabalhos abrem os números da revista, o que mostra sua importância.
20. A influência de Simmel foi particularmente importante em Robert Park (1864-1944). Jornalista que se tornou sociólogo, Park foi aluno de Simmel na Universidade de Berlim, curiosamente o único curso de sociologia que seguiu em toda sua vida. Contudo, nessa mesma universidade, Park obteve seu título de doutor em Filosofia, em 1904, quando decidiu retornar aos Estados Unidos da América. Convidado então, a pedido de William Thomas (sobre o qual retornamos abaixo), por Small, entrou no departamento de Sociologia de Chicago em 1913 e nele permaneceu até 1936.
21. Os problemas sociais de então, creditados às dificuldades de adaptação ou de assimilação dos imigrantes, eram aparentemente tão importantes que, numa primeira denominação, a sociologia desenvolvida em Chicago foi conhecida como “D Sociology”, em referência aos temas mais frequentemente estudados: *Disease, disorganization, deliquence e drugs*.
22. A noção “ecologia humana” foi determinada nesses termos: trata-se de estudar as relações entre as diversas populações que se veem obrigadas a partilhar o mesmo espaço a disputar os mesmos recursos naturais. Eis porque o termo “ecologia” lhe pareceu conveniente para tratar também das populações humanas.
23. Após esses estudos, Park dedica-se a outros temas, em especial as relações entre negros e brancos. Saliente-se aqui que um de seus mais famosos alunos, Donald Pierson, viria ao Brasil mais tarde fazer sua tese sobre esse tema e se tornaria um dos professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Para maiores detalhes, ver Valladares (2010).
24. Coser (1971) confirma essa tese. Diz que a figura do *marginal man* é uma adaptação à realidade norte-americana da figura do estrangeiro de Simmel.
25. Thomas (*apud* Chapoulie, 2001:60-61) afirma que a escolha dos imigrantes poloneses teve por origem características bastante curiosas do grupo, onde os indivíduos oscilavam entre a submissão católica e a rebeldia violenta às autoridades. Seu relato recupera representações negativas a respeito dos poloneses, curiosamente presentes em outras culturas nacionais. A respeito da imigração e do preconceito contra o polonês no Brasil, ver Oliveira (2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. (1979), *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BAERT, Patrick. (2007), "Contextualizing Max Weber". *International Sociology Review of Books*, vol. 22, nº 2, pp. 119-128.
- BALIBAR, Etienne. (1973), "Lênin, les Communistes et l'Immigration". *L'Humanité*, 15 de maio. Disponível em http://www.marx.be/FR/cgi/emall.php?action=get_doc&id=4&doc=332. Acesso em 11/3/2011 em 11 de março de 2011.
- BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel. (1988), *Race, Nation et Classe*. Paris, La Découverte.
- BENDIX, Reinhard. (1986), *Max Weber, um Perfil Intelectual*. Brasília, Ed da UnB.
- BIRNBAUM, Pierre. (1994), *L'Affaire Dreyfus. La République en Péril*. Paris, Gallimard.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. (2001), "Comment Écrire l'Histoire de la Sociologie: L'Exemple d'un Classique Ignoré, le Paysan Polonais en Europe et en Amérique". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, vol. 2, nº 5, pp. 143-169.
- . (2001a), *La Tradition Sociologique de Chicago, 1892-1961*. Paris, Seuil.
- CODATO, Adriano N. e PERISSINOTO, Renato M. (2011), *Marxismo como Ciência Social*. Curitiba, Editora da UFPR.
- COSER, Lewis A. (1971), *Masters of Sociological Thought. Ideas in a Historical and Social Context*. New York, Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- DURKHEIM, Émile. (1960), *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, CEN.
- . (1975), *Educação e Sociologia*. 10ª ed. São Paulo, Melhoramentos.
- . (1977), *A Divisão do Trabalho Social*. São Paulo/Lisboa, Livraria Martins Fontes/Editorial Presença, 2 vols.
- . (2002), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo, Martins Fontes.
- . (2002), *Lições de Sociologia*. São Paulo, Martins Fontes.
- . (2003), *O Suicídio*. São Paulo, Martin Claret.
- . (2008), *Educação Moral*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. (2000), *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- ELKARATI, Nourredine. (1990), "Émile Durkheim, Défenseur de Réfugiés Russes en France. Rapport sur la Situations des Réfugiés Russes dans la Département de la Seine". *Genèses*, vol. 2, nº 1, pp. 168-177.
- ENGELS, Friedrich. (1960), *La Situation de la Laborieuse en Angleterre*. Paris, Ed. Sociales, 1ª ed. 1845.
- . (2008), *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. São Paulo, Editorial Boitempo [1ª ed. 1844].
- FANTA, Daniel. (2006), "Max Weber e os Trabalhadores Alemães ao Leste do Elba", in C. Lucena e N. M. Gusmão (orgs.), *Identidades*. São Paulo, Humanistas/CERU, pp. 111-127.

- FOURNIER, Marcel. (2007), *Émile Durkheim (1858-1917)*. Paris, Fayard.
- FRIEDMANN, Georges (1946), *Problèmes Humains du Machinisme Industriel*. Paris, Gallimard.
- GABACCIA, Donna et al. (2006), "Émigration et Construction Nationale en Europe", in N. Green e F. Weil (orgs.), *Citoyenneté et Emigration. Les Politiques de Départ*. Paris, Editions de l'EHESS, pp. 67-94.
- GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs.). (1999), *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora da Unesp.
- GRAFMEYER, Yves e JOSEPH, Isaac (orgs.). (1979), *L'École de Chicago: Naissance de l'Écologie Urbaine*. Paris, Les Editions du Champs Urbain.
- GREEN, Arnold W. (1947), "A Re-examination of the Marginal Man Concept". *Social Forces*, vol. 26, nº 2, pp. 167-171.
- HALBWACHS, Maurice. (1929), "Max Weber, un Homme, une Oeuvre". *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, vol. 1, nº 1, pp. 81-88.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1995), *Défection et prise de parole*. Paris, Fayard.
- HUDIS, Peter. (2010), "Accumulation, Imperialism and Pre-Capitalist Formations. Luxemburg and Marx on the Non-western Worlds". *Socialist Studies/Études Socialistes*, vol. 6, nº 2, pp. 75-91.
- JOHNSON, Peter A. (1960), "The Marginal Man Revisited". *The Pacific Sociological Review*, vol. 3, nº 2, pp. 71-74.
- KAESLER, Dirk. (1988), *Max Weber: An Introduction to his Life and Work*. Chicago, Chicago University Press.
- KALBERG, Stephen. (1980), "Max Weber's Types of Rationality: Cornerstones for the Analysis of Rationalization Process in History". *American Journal of Sociology*, vol. 85, nº 3, pp. 1145-1179.
- LEFEBVRE, Henri. (1978), *La Pensée Marxiste et la Ville*. Paris, Castelman.
- LÊNIN, Vladimir. (1971), *Oeuvres Complètes*, tome XIX. Paris, Editions Sociales.
- LUKES, Steven. (1985), *Émile Durkheim. His Life and Work. A Historical and Critical Study*. Stanford, Stanford University Press.
- LUXEMBURG, Rosa. (1984), *A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. São Paulo, Abril Cultural, 2 vols.
- MARAM, Sheldon L. (1979), *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARX, Karl. (1982), *O Capital*. 7ª ed. São Paulo, Difel, vols. 1 e 2.
- MULLER, Jerry Z. (2010), *Capitalism and the Jews*. Princeton, Princeton University Press.
- NOIRIEL, Gérard. (2001), *État, Nation et Immigration*. Paris, Gallimard. (Coleção Folio Histoire).
- . (2008), "A Imigração: O Nascimento de um 'problema' (1881-1883)". *Antropológicas*, nº 25, pp. 49-73.

- OLIVEIRA, Márcio de. (2009). "De la Double Colonisation au Préjugé: Les Polonais dans le Sud du Brésil". *Migrations Société*, vol. 21, nº 123-124, pp. 289-304.
- PARK, Robert E. (1915), "The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment". *American Journal of Sociology*, vol. 20, nº 5, pp. 577-612.
- . (1922), *The Immigrant Press and Its Control*. New York, Harper and Row.
- . (1928), "Human Migration and the Marginal Man". *American Journal of Sociology*, vol. 33, nº 6, pp. 881-893.
- . (1950), *Race Prejudice and Japanese-American Relations*. Glencoe, The Free Press, pp. 223-229.
- PARK, Robert e BURGESS, Ernest. (1921), *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago, Chicago University Press.
- REA, Andrea e TRIPIER, Maryse. (2003), *Sociologie de l'Immigration*. Paris, La Découverte (Coll Repères).
- ROTH, Guenther. (2002), "Max Weber's View on Jewish Integration and Zionism: Some American, English and German Contexts". *Max Weber Studies*, vol. 2, nº 1, pp. 56-73.
- SAYAD, Abdelmalek. (1998), *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo, EdUSP.
- SELL, Carlos E. (2013), *Max Weber e a Racionalização da Vida*. Petrópolis, Vozes.
- SIMMEL, Georg. (1903), "The Sociology of Conflict I". *American Journal of Sociology*, vol. 9, nº 4, pp. 490-525.
- . (1904), "The Sociology of Conflict II". *American Journal of Sociology*, vol. 9, nº 5, pp. 672-689.
- . (1904), "The Sociology of Conflict III". *American Journal of Sociology*, vol. 9, nº 6, pp. 798-811.
- . (1999), *Sociologie*. Paris, PUF.
- STONEQUIST, Everett. (1937), *The Marginal Man: Study in Personality and Culture Conflict*. New York, Charles and Scribner's Sons.
- TOURAINÉ, Alain. (1965), *Sociologie de l'Action*. Paris, Le Seuil.
- . (1966), *La Conscience Ouvrière*. Paris, Le Seuil.
- . (1969), *La Société Post-Industrielle*. Paris, Denoël.
- THOMAS, William I. e ZNANIECKI, Florian. (1996), *The Polish Peasant in Europe and America. A Classic Work in Immigration History*. (Editado por Eli Zaretsky). Urbana/Chicago, University of Illinois Press.
- TYRYAKIAN, Edward. (2009), *For Durkheim*. Surrey/Burlington, Ashgate.
- VALLADARES, Licia P. (2010), "A Visita de Robert Park ao Brasil, o 'Homem Marginal' e a Bahia como Laboratório". *Cadernos CRH*, vol. 23, nº 58, pp. 35-49.
- (org.). (2005), *A Escola de Chicago. Impacto de uma Tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. UFMG/Iuperj.
- VANDENBERGHE, Frédéric. (2002), *As Sociologias de Georg Simmel*. Bauru, EdUSC.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2000). *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Editora 34.

- . (1995), “Georg Simmel e o Judaísmo. Entre a Emancipação e a Assimilação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, nº 27, pp. 73-92.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (1974), *The Modern World System*. New York, Academic Press.
- WEBER, Marianne. (2003), *Weber uma Biografia*. Niterói, RJ, Casa Jorge Editorial.
- WEBER, Max. (1979), “O Estado Nacional e a Política Econômica”, in G. Cohn (org.), *Weber: Sociologia*. São Paulo, Ed Ática, pp. 58-78.
- . (1984), *Economía y Sociedad*. 7ª ed. México, Fondo de Cultura Económica.
- . (2004), *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo, Cia das Letras.
- WHEEN, Francis. (2000), *Karl Marx. A Life*. London/New York, W. W. Norton & Company.
- WINOCK, Michel. (1999), *Le Siècle des Intellectuels*. Paris, Éditions du Seuil.
- WINTER, Elke. (2004), *Max Weber et les Relations Ethniques: Du Refus du Biologisme Racial à l’Etat Multinational*. Saint-Nicolas, Presses de l’Université de Laval.
- WIRTH, Louis. (1928), *The Ghetto*. Chicago, University of Chicago Press.
- WOLFF, Kurt H. (ed.). (1950), *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe, The Free Press. (Traduzido e editado por Kurt H. Wolff).

ABSTRACT

Immigration as a Theme in Classical Sociology

This study analyzes the place and role of immigration as a theme in classical sociology, beginning with the “founding fathers of sociology”, Karl Marx, Max Weber, and Émile Durkheim, respectively. The study goes on to discuss the work of Georg Simmel and representatives of the Chicago School. Revisiting each of the authors and especially others from the Marxist school, the study analyzes the context and works in which the theme was dealt with directly or indirectly. The classical authors were sensitive to the theme. The apparent contradiction between the historical importance of the phenomenon of international migrations and the limited space dedicated directly to it – especially in the case of Marx, Durkheim, and Weber – should not overshadow the role it played in their work, still insufficiently measured. The explanation for this may be found in the phenomenon’s crosscutting nature, the theoretical perspectives adopted towards it, and the fact that the sociology of immigration was first developed in the Americas.

Key words: sociological theory; classics of sociology; immigration

RÉSUMÉ

Le Thème de l'Immigration dans la Sociologie Classique

Dans cet article, on enquête sur la place et le rôle du thème de l'immigration dans la sociologie classique, à partir de l'analyse de l'œuvre des "fondateurs de la sociologie", Karl Marx, Max Weber et Émile Durkheim. Ensuite on examine l'œuvre de Georg Simmel et des représentants de l'École de Chicago. En reprenant chacun de ces auteurs et en examinant d'autres du courant marxiste, on présente ici le contexte et les ouvrages où ce thème a été directement ou indirectement traité. Les auteurs classiques étaient sensibles à ce sujet et la contradiction apparente entre l'importance historique du phénomène des migrations internationales et le peu d'espace qu'on lui a consacré directement – surtout dans le cas de Marx, Durkheim et Weber – ne doit pas cacher le rôle qu'il a joué dans leurs travaux, encore mal compris aujourd'hui. L'explication se trouve peut-être dans l'aspect sous-jacent du phénomène, dans les perspectives théoriques adoptées et dans le fait que la sociologie de l'immigration s'est, au départ, développée sur le continent américain.

Mots-clés: théorie sociologique; classiques de la sociologie; immigration

RESUMEN

El Tema de la Inmigración en la Sociología Clásica

Este trabajo investiga el lugar y el papel del tema de la inmigración en la sociología clásica a partir del análisis de la obra de los "fundadores de la sociología", Karl Marx, Max Weber y Émile Durkheim. Analiza en seguida la obra de Georg Simmel y de los representantes de la denominada Escuela de Chicago. Al revisitar cada uno de estos autores y analizar especialmente otros de la corriente marxista, nos debruizamos sobre el contexto y las obras donde el tema se trató de forma directa o tangencial. Los clásicos fueron sensibles al tema y la aparente contradicción entre la importancia histórica del fenómeno de las migraciones internacionales y el pequeño espacio que se le dedicó directamente – sobre todo en el caso de Marx, Durkheim y Weber – no debe esconder el papel que desempeñó en sus obras, aún hoy mal dimensionado. La explicación a ello debe buscarse en el carácter transversal del fenómeno, en las perspectivas teóricas adoptadas y en el hecho de la sociología de la (in)migración haberse desarrollado inicialmente en el continente americano.

Palabras clave: teoría sociológica; clásicos de la sociología; inmigración